

Reacendendo a Juventude na Universidade: Mobilização Estudantil e Ativismo na Formação em Paisagismo

ET5: PROCESSOS FORMATIVOS SOBRE A PAISAGEM

Vinicius Ferreira Mattos

EBA-UFRJ e MPAP-FAU-UFRJ

E-mail: viniciusmattos@eba.ufrj.br

Deyvison Sousa de Albuquerque

EBA-UFRJ

E-mail: deyvison.alb@ufrj.br

Larissa Sales Biserra

EBA-UFRJ

E-mail: larissa.eba24@ufrj.br

RESUMO

Este trabalho analisa o papel do espaço universitário como território de formação política, social e ambiental no campo do Paisagismo, a partir das experiências recentes de mobilização estudantil no curso de Graduação em Paisagismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre os anos de 2023 e 2025. Em um contexto marcado pela intensificação das mudanças climáticas, pelo aprofundamento das desigualdades socioambientais e pela crise da participação política universitária, a pesquisa investiga como o Coletivo Estudantil, o uso estratégico das redes sociais e a retomada da Semana Acadêmica do Paisagismo (SEMAPA) vêm contribuindo para o fortalecimento da identidade coletiva do curso e para a formação de sujeitos políticos comprometidos com a justiça socioambiental. Fundamentado nos referenciais da educação crítica, dos movimentos sociais, do ativismo digital, da extensão universitária e da biointeração, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na observação participante, na análise documental e na sistematização das práticas institucionais. Os resultados indicam que a mobilização estudantil tem potencial para transformar a universidade em um laboratório vivo de formação de ativistas da paisagem, articulando saber técnico, ação política, engajamento comunitário e enfrentamento das crises climáticas e territoriais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagismo; Mobilização estudantil; Ativismo digital; Universidade pública; Justiça socioambiental.

ABSTRACT

This paper analyzes the role of the university as a territory for political, social, and environmental formation in the field of Landscape Architecture, based on the recent experiences of student mobilization in the Undergraduate Program in Landscape Architecture at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) between 2023 and 2025. In a context marked by the intensification of climate change, the deepening of socio-environmental inequalities, and the crisis of political participation within universities, the study investigates how the Student



Collective, the strategic use of social media, and the resumption of the Landscape Architecture Academic Week (SEMAPA) have contributed to strengthening the program's collective identity and to the formation of political subjects committed to socio-environmental justice. Grounded in the theoretical frameworks of critical education, social movements, digital activism, university extension, and biointeraction, the research adopts a qualitative approach based on participant observation, document analysis, and the systematization of institutional practices. The results indicate that student mobilization has the potential to transform the university into a living laboratory for the formation of landscape activists, articulating technical knowledge, political action, community engagement, and the confrontation of contemporary climate and territorial crises.

KEYWORDS: Landscape Architecture; Student mobilization; Digital activism; Public university; Socio-environmental justice.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação das mudanças climáticas, o aprofundamento das desigualdades socioambientais e a crise dos modelos tradicionais de desenvolvimento recolocam, de maneira urgente, o papel das universidades públicas na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e intervir sobre ela. Nesse cenário, o campo do Paisagismo, entendido como prática que articula território, cidade, meio ambiente, cultura e sociedade, adquire centralidade estratégica na construção de respostas aos desafios contemporâneos. A formação do paisagista ultrapassa, assim, o domínio técnico e projetual, exigindo a constituição de uma consciência política, ambiental e territorial.

Historicamente, a juventude universitária tem desempenhado papel fundamental nos processos de transformação social no Brasil. No entanto, nas últimas décadas, observa-se um distanciamento progressivo entre os estudantes e os espaços formais de participação política no interior das instituições de ensino superior. Burocratização, precarização das condições de permanência estudantil, sobrecarga acadêmica e crise de representatividade das entidades estudantis configuram obstáculos à plena realização da universidade como espaço formativo emancipador. Paradoxalmente, é nesse contexto de retração da participação que se intensificam as crises climáticas, urbanas e ambientais que exigem, cada vez mais, ações coletivas, engajamento político e ativismo territorial.

É nesse entrecruzamento entre crise ambiental, juventude e universidade que se insere a presente investigação. Parte-se da compreensão de que o espaço universitário não se limita à produção de conhecimento científico, mas constitui também um território de disputas simbólicas, políticas e pedagógicas. Assim, a universidade pode se configurar como ambiente privilegiado para a formação de ativistas da paisagem, entendidos aqui como sujeitos capazes de articular saber técnico, ação política, engajamento comunitário e compromisso com a justiça socioambiental.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as experiências recentes de mobilização estudantil no curso de Graduação em Paisagismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com ênfase na atuação do Coletivo Estudantil, no uso estratégico das redes sociais por meio do perfil institucional do curso no Instagram e na retomada da Semana Acadêmica do Paisagismo (SEMAPA). Busca-se compreender como essas iniciativas vêm contribuindo para a reativação da participação política discente, para o fortalecimento da identidade coletiva do curso e

para a consolidação da universidade como espaço de formação ampliada, que articula ensino, pesquisa, extensão e ativismo.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada na observação participante, na análise documental e na sistematização de práticas desenvolvidas entre os anos de 2023 e 2025. A análise articula referenciais da educação crítica, dos movimentos sociais, do ativismo digital, da extensão universitária e da biointeração, buscando evidenciar como o espaço universitário pode se transformar em um laboratório vivo de formação política da paisagem.

Figura 1: Recepção dos calouros do período letivo de 2025.2



Fonte: Arquivo do Curso de Paisagismo, 2025.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

O campo do Paisagismo no Brasil ainda se encontra em processo de consolidação social, acadêmica e profissional, convivendo com desafios relacionados ao seu reconhecimento institucional, à ampliação de sua inserção nos debates urbanos e ambientais contemporâneos e à afirmação de sua especificidade frente a campos historicamente mais consolidados, como a Arquitetura e o Urbanismo, a Geografia e as Engenharias. Essa condição de permanente construção repercute diretamente na formação universitária, que passa a operar não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos técnicos, mas também como território de disputa simbólica, política e epistemológica.

Paralelamente a esse cenário, a universidade pública brasileira enfrenta profundas contradições. De um lado, permanece como um dos principais espaços de produção de conhecimento crítico, científico e socialmente referenciado. De outro, encontra-se atravessada por estruturas burocráticas, formas hierarquizadas de gestão, fragilidades nos canais de participação estudantil e, sobretudo, por um crescente distanciamento entre os estudantes e os processos de decisão institucionais. Esse afastamento se expressa na baixa participação política, na descrença nas instâncias representativas e em uma sensação difusa de impotência frente à complexidade das crises contemporâneas.

Essa crise de participação ocorre justamente em um momento histórico marcado pela intensificação das mudanças climáticas, pelo avanço da degradação ambiental, pelo aprofundamento das desigualdades socioterritoriais e pela emergência de agendas



globais que recolocam o território, a paisagem e a cidade no centro do debate. Nesse contexto, o Paisagismo deixa de ser apenas um campo técnico de produção de espaços livres para se afirmar como prática política, ambiental e cultural, diretamente implicada na construção de respostas às crises climáticas, urbanas e sociais.

No entanto, observa-se que essa dimensão política nem sempre encontra tradução efetiva nos processos formativos universitários. Em muitos casos, a formação tende a privilegiar a dimensão técnico-projetual, dissociada das disputas sociais, dos conflitos territoriais e das urgências ambientais que constituem o próprio campo de atuação do paisagista. Essa dissociação contribui para a produção de profissionais tecnicamente qualificados, porém, por vezes, pouco inseridos nos processos de mobilização social, participação política e engajamento territorial.

Diante desse quadro, coloca-se como problema central desta pesquisa a seguinte questão: de que modo o espaço universitário pode se constituir como território de formação de ativistas da paisagem, capazes de articular saber técnico, ação política, engajamento comunitário e enfrentamento das desigualdades socioambientais? Em outras palavras, trata-se de compreender como a universidade pode ultrapassar sua condição de espaço exclusivamente formativo no sentido técnico e se afirmar como ambiente de produção de sujeitos políticos comprometidos com a transformação da realidade.

A juventude universitária, historicamente protagonista de importantes processos de mudança social no Brasil, reaparece nesse cenário como sujeito estratégico. No entanto, sua potência política encontra-se frequentemente bloqueada pela sobrecarga acadêmica, pela precarização das condições de permanência, pela fragmentação das experiências coletivas e pela crise de representatividade das entidades estudantis. Ao mesmo tempo, essa juventude é atravessada cotidianamente pelos efeitos da crise climática, pelo colapso ambiental e pela instabilidade das condições de vida nas cidades, o que a coloca em uma posição simultaneamente vulnerável e potencialmente mobilizadora.

Assim, a problematização que estrutura este trabalho parte do entendimento de que a formação em Paisagismo, situada no interior da universidade pública, possui um papel estratégico na formação de sujeitos capazes de atuar como ativistas da paisagem, articulando projeto, política, território, meio ambiente e justiça social. Ao analisar as experiências recentes de mobilização estudantil no curso de Paisagismo da UFRJ, busca-se compreender como a universidade pode se transformar, ela própria, em um laboratório vivo de formação política, social e ambiental.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICO

A presente pesquisa fundamenta-se na compreensão de que os processos formativos universitários não se restringem à aquisição de competências técnicas, mas constituem, sobretudo, espaços de produção de consciência crítica, participação política e engajamento social. Tal entendimento dialoga diretamente com o pensamento de Paulo Freire, para quem a educação não é um ato neutro, mas um processo político de leitura crítica do mundo. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire afirma que a educação precisa produzir sujeitos capazes de compreender a realidade para transformá-la, superando a condição de mera adaptação (FREIRE, 1987). Nesse sentido, a universidade se configura como território privilegiado de formação de sujeitos políticos, entre eles, os ativistas da paisagem.

A noção de conscientização, central na obra de Freire, estabelece que a formação crítica ocorre quando os sujeitos passam a reconhecer-se como protagonistas de sua própria história. Esse princípio é essencial para compreender a emergência dos estudantes como agentes políticos no interior da universidade. Para o autor, não há educação verdadeira sem diálogo, problematização e participação ativa dos educandos nos processos de construção do conhecimento.

No campo do Paisagismo, essa perspectiva permite compreender a formação do estudante não apenas como treinamento técnico-projetual, mas como processo de leitura crítica da cidade, da paisagem, do território e das desigualdades socioambientais. O ativismo estudantil, nesse sentido, constitui-se como desdobramento pedagógico da própria prática educativa, quando o estudante deixa de ser apenas receptor de conteúdos para se reconhecer como sujeito histórico, político e territorial.

No contexto contemporâneo, marcado pela hiperconectividade, o ativismo digital emerge como uma das principais formas de mobilização social. Castells (2013) interpreta os movimentos sociais em rede como uma nova morfologia da ação coletiva, caracterizada pela articulação horizontal, pela velocidade da informação e pela ocupação simbólica dos territórios digitais. Pierre Lévy (1999), por sua vez, compreende o ciberespaço como ambiente de construção de inteligências coletivas, no qual o conhecimento se produz de forma colaborativa e descentralizada.

A partir dessas contribuições, entende-se o ativismo digital como instrumento estratégico de formação política, especialmente entre os jovens. Movimentos como o Black Lives Matter, a campanha #MeToo e a Greve Global pelo Clima demonstram como as redes sociais operam como espaços de disputa simbólica, produção de narrativas e mobilização de sujeitos em escala global. No campo ambiental, iniciativas como o Fridays For Future evidenciam a centralidade da juventude na agenda climática internacional.

A participação em movimentos sociais e estudantis constitui uma dimensão histórica da formação política da juventude brasileira. Segundo Gohn (2011), os movimentos sociais são espaços de construção de identidades coletivas, produção de cidadania ativa e disputa por direitos. O movimento estudantil, por sua vez, caracteriza-se como forma específica de organização política da juventude, articulando pautas educacionais, sociais e democráticas.

Grêmios, diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes configuram estruturas por meio das quais os estudantes exercitam a participação política, a representação e o enfrentamento de desigualdades no interior das instituições educacionais. Essa tradição confere ao movimento estudantil um papel estratégico na formação de quadros políticos e na construção de agendas públicas, inclusive no campo ambiental e urbano.

No âmbito dos movimentos sociais mais amplos, destacam-se organizações ligadas às pautas territoriais, ambientais, urbanas, agrárias, identitárias e dos povos tradicionais, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entidades ambientalistas como o SOS Mata Atlântica, entre outros. Essas experiências ampliam o horizonte formativo do estudante ao inseri-lo em lutas concretas do território.

A extensão universitária é compreendida neste trabalho como espaço fundamental de articulação entre conhecimento acadêmico e realidade social. Freire (2001) já alertava



que não há prática educativa transformadora sem diálogo com os saberes populares e sem inserção da universidade nos territórios concretos da vida social. Boaventura de Sousa Santos (2010) reforça essa perspectiva ao defender uma ecologia de saberes, na qual o conhecimento científico dialoga com saberes tradicionais, comunitários e populares.

No campo do Paisagismo, a extensão se materializa como práxis territorial, na qual projeto, política e comunidade se entrelaçam. A atuação do Ateliê Universitário de Paisagismo (AUPa-EBA/UFRJ), por meio do projeto Jardins Didáticos, desenvolvido no Colégio Pedro II, exemplifica essa articulação entre formação acadêmica, território urbano e educação ambiental. Nessas experiências, os estudantes são formados não apenas como projetistas, mas como agentes sociais capazes de intervir criticamente na realidade.

Como base ética e política da atuação territorial, o conceito de biointeração, formulado por Antônio Bispo dos Santos (2015), oferece uma crítica radical à noção hegemônica de desenvolvimento sustentável. Para o autor, a relação entre sociedade e natureza deve ser construída a partir da convivência, da reciprocidade e da continuidade dos ciclos da vida, e não da lógica extrativista, produtivista e colonizadora.

Esse conceito permite reposicionar a paisagem não como objeto de intervenção técnica, mas como território vivo de relações sociais, culturais, ambientais e espirituais. No contexto da formação em Paisagismo, a biointeração amplia o sentido da prática profissional, vinculando-a a um projeto político de justiça ambiental, territorial e social.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada na observação participante, na análise documental (autoavaliações, registros institucionais, materiais de divulgação) e na sistematização das experiências de mobilização estudantil desenvolvidas entre 2023 e 2025 no curso de Paisagismo da UFRJ. A análise articula os referenciais da educação crítica, dos movimentos sociais, do ativismo digital, da extensão universitária e da biointeração, buscando compreender o espaço universitário como território de formação de ativistas da paisagem.

4 A COMISSÃO DE ESTUDANTES: EMERGÊNCIA DO SUJEITO POLÍTICO DA PAISAGEM NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

O agravamento do cenário climático global, marcado pela superação de pontos críticos de não-retorno ecológico, tem imposto novos desafios aos campos do planejamento, da arquitetura e do paisagismo. O Relatório Global de Pontos de Inflexão (2025), elaborado por 160 cientistas de 23 países e 87 instituições, identificou o embranquecimento de aproximadamente 80% dos recifes de coral do planeta como o primeiro grande limiar irreversível já ultrapassado, com risco de avanço sobre a Amazônia e as calotas polares, afetando diretamente a vida de centenas de milhões de pessoas. Diante desse quadro, a Arquitetura da Paisagem afirma-se como campo estratégico para a construção de cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.

Nesse horizonte, a formação universitária em Paisagismo adquire uma dimensão que ultrapassa o domínio técnico-projetual, orientando-se para a formação de agentes

sociais e ambientais capazes de atuar na construção de um envolvimento sustentável entre sociedade e natureza. Tal perspectiva encontra fundamento na noção de biointeração, formulada por Antônio Bispo dos Santos, como crítica ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Para o autor, trata-se de superar os processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador por meio de uma relação integrada entre os elementos da vida, orientada pela convivência, pela reciprocidade e pela continuidade dos ciclos naturais (BISPO, 2015).

Apesar desse forte compromisso social, ambiental e cultural que estrutura a formação do paisagista, parcela significativa do corpo discente apresentava dificuldades de desenvolver uma cidadania ativa no interior da universidade. O modelo de ensino ainda fortemente hierarquizado, a burocracia institucional, a fragilidade do diálogo com as entidades representativas e o descrédito nas instâncias políticas contribuíam para a produção de uma crise de identidade e representatividade na Escola de Belas Artes. Esse cenário limitava o reconhecimento dos estudantes como sujeitos políticos capazes de participar da construção do espaço acadêmico e da própria institucionalidade universitária.

Com o objetivo de compreender esse quadro, a coordenação do curso promoveu, em 2025, a aplicação do Formulário de Autoavaliação da Graduação em Paisagismo da Escola de Belas Artes, buscando sistematizar as percepções do corpo discente sobre aspectos pedagógicos, estruturais, administrativos e político-institucionais. Estruturado em sete eixos de ação, o instrumento permitiu diagnosticar como principais demandas a ampliação do corpo docente, a melhoria da infraestrutura dos ateliês, o fortalecimento da formação em botânica e ecologia, a inclusão de práticas gráficas digitais e a ampliação da visibilidade institucional do curso (xxxx, 2025). Ainda que a adesão não tenha sido massiva, a autoavaliação produziu um quadro analítico consistente sobre os desafios e potencialidades da formação.

Esse processo de escuta institucional operou como gatilho para a reorganização do protagonismo estudantil. A partir de oficinas, atividades extensionistas e intervenções simbólicas no espaço da Escola de Belas Artes, consolidou-se um processo de fortalecimento do sentimento de pertencimento, sintetizado na fala de uma estudante após participar de uma oficina de revitalização dos vasos do hall da EBA: “Agora eu me sinto parte da EBA”. Essa dimensão simbólica revelou-se fundamental para a passagem de uma postura passiva para uma atitude ativa frente ao curso, à escola e à própria universidade.

Nesse contexto, em 2023, foi criado o Coletivo Estudantil do Curso de Paisagismo, organizado em três Grupos de Trabalho: Comunicação, Marketing e Eventos. A Comissão de Estudantes passou a assumir funções estratégicas na mediação entre coordenação e corpo discente, na produção de conteúdos, na divulgação de atividades acadêmicas, na organização de seminários, aulas inaugurais, visitas técnicas e semanas acadêmicas. Essa estrutura tornou-se um dispositivo pedagógico não formal de formação política, permitindo aos estudantes desenvolverem competências relacionadas à gestão, à comunicação, ao planejamento coletivo e à atuação institucional.

A atuação da Comissão de Estudantes revelou-se fundamental para o fortalecimento da integração interna do curso e para a ampliação do diálogo com as demais graduações da Escola de Belas Artes, consolidando o espaço universitário como território de formação de ativistas da paisagem. Nesse processo, a formação em Paisagismo passou a ser vivenciada não apenas como percurso acadêmico, mas

como experiência política, simbólica e coletiva de construção de futuro em meio às crises climáticas e socioambientais contemporâneas.

5 O INSTAGRAM DO CURSO DE PAISAGISMO COMO TERRITÓRIO DIGITAL DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Inspirados pelo movimento internacional Fridays For Future, iniciado pela jovem estudante sueca e ativista ambiental Greta Thunberg, estudantes do curso de Paisagismo da UFRJ passaram a compreender o ativismo digital como uma estratégia central para a formação política da juventude e para a ampliação do alcance social das pautas ambientais e territoriais. A ação inicial de Thunberg, caracterizada por protestos solitários em frente ao Parlamento Sueco, revelou a potência simbólica dos gestos individuais quando articulados em redes coletivas, culminando em um dos maiores movimentos juvenis pela justiça climática da história recente.

Nesse contexto, os estudantes cunharam a expressão Revolução Paisagística, como forma de sintetizar a ideia de que a formação em Paisagismo, articulada à mobilização estudantil, poderia constituir uma resposta concreta aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e, simultaneamente, contribuir para o fortalecimento e a valorização da graduação em âmbito nacional. Essa perspectiva encontra ressonância no pronunciamento do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente de 2024, ao afirmar: “Somos a Geração Restauração. Juntos vamos construir um futuro para a Terra e para a humanidade” (GUTERRES, 2024).

A consolidação dessa agenda política no ambiente digital ocorreu por meio da criação e fortalecimento do perfil institucional do curso no Instagram (@paisagismoufrj). A plataforma passou a operar como um território estratégico de formação simbólica, comunicação institucional, mobilização estudantil e difusão do Paisagismo junto à sociedade. Por meio da publicação sistemática de conteúdos sobre aulas, oficinas, eventos, atividades extensionistas, datas comemorativas e pautas ambientais, o perfil contribuiu para a construção de uma identidade coletiva do curso e para a afirmação pública da formação em Arquitetura da Paisagem.

Compreendendo que toda revolução pressupõe a ampliação de sujeitos envolvidos, a estratégia de comunicação foi orientada para extrapolar os limites do público estritamente acadêmico. O perfil passou a ser acompanhado não apenas por estudantes de Paisagismo, mas também por familiares, amigos, estudantes de outras graduações e pessoas externas à universidade interessadas nas temáticas da paisagem, do meio ambiente e da cidade. Esse crescimento orgânico do alcance digital revelou-se fundamental para a ampliação da visibilidade institucional do curso.

Os resultados foram expressivos. Um número significativo de pessoas que desconheciam a existência do curso, anteriormente denominado Composição Paisagística desde o início da década de 1970, passou a conhecer sua trajetória, suas lutas e sua importância no cenário contemporâneo. Esse processo contribuiu para a valorização simbólica da formação em Arquitetura da Paisagem, fortalecendo seu reconhecimento social e ampliando sua inserção no debate público.

Dessa forma, o Instagram do curso consolidou-se não apenas como uma ferramenta de divulgação, mas como um dispositivo pedagógico de formação política, no qual os estudantes exercitam práticas de comunicação crítica, construção de narrativas,



mobilização social e ativismo ambiental. O território digital passou, assim, a integrar de maneira orgânica o conjunto de estratégias formativas desenvolvidas no interior do espaço universitário, reafirmando a universidade como laboratório vivo de construção de sujeitos políticos da paisagem.

6 A SEMAPA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO COMO ATO POLÍTICO E FORMATIVO DA PAISAGEM

O ápice do processo de mobilização estudantil no curso de Paisagismo da UFRJ materializou-se com a retomada da Semana Acadêmica do Paisagismo – SEMAPA: Paisagens de Resistência, após quase uma década de interrupção. A realização da edição de 2025 marcou a primeira Semana Acadêmica organizada integralmente por e para os estudantes, ao mesmo tempo em que integrou egressos e egressas como palestrantes, mediadores e participantes ativos do processo formativo. Esse movimento reafirmou a universidade como espaço de produção coletiva do conhecimento, da memória institucional e da identidade profissional.

Sob a orientação de um corpo docente comprometido com a formação crítica, a SEMAPA foi planejada e executada com elevado grau de organização, envolvimento afetivo e dedicação política. Em um contexto no qual o curso e a própria profissão ainda buscam maior reconhecimento institucional, a ocupação do edifício Jorge Moreira Machado (JMM), onde se localizam a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, assumiu um forte caráter simbólico e político. O espaço físico da universidade converteu-se, assim, em território de expressão da paisagem como campo de resistência, formação e transformação social.

A programação da Semana Acadêmica foi concebida a partir da compreensão da paisagem como meio de vivência, convivência, resistência e biointeração. As atividades contemplaram uma ampla diversidade temática, incluindo debates sobre política, cidade e sustentabilidade, o papel do poder legislativo municipal, arqueologia das paisagens, experiências de paisagismo em comunidades costeiras da Colômbia, bem como discussões sobre o uso de plantas nativas e exóticas no paisagismo contemporâneo. Essa diversidade de abordagens reforçou a ideia de que a paisagem é produzida por múltiplos olhares, saberes e experiências, que devem ser reconhecidos como parte constitutiva de sua própria complexidade.

Nesse sentido, a SEMAPA também se configurou como espaço de aproximação entre saberes acadêmicos, práticas profissionais, experiências comunitárias e perspectivas políticas. Tal abordagem dialoga com a reflexão de Ailton Krenak ao afirmar que “em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela”, indicando a necessidade de uma relação integrada, sensível e ética entre os sujeitos e os territórios que habitam.

A Comissão Organizadora da SEMAPA foi composta por dez estudantes do curso de Paisagismo, distribuídos nas frentes de Coordenação Geral, Infraestrutura, Comunicação, Financeiro, Marketing e Oficinas. A dimensão do Design contou com a participação de seis estudantes dos cursos de Comunicação Visual e Design da Escola de Belas Artes (CVD-EBA), fortalecendo o caráter interdisciplinar do evento. Somou-se a esse grupo a equipe de monitoria, formada por estudantes de diferentes áreas, como Design de Interiores, Letras, Arquitetura e Urbanismo e Paisagismo,

responsáveis por atividades essenciais relacionadas à organização das oficinas, coffee break, credenciamento, recepção e logística geral.

Como estratégia de comunicação própria, foi criado um perfil institucional exclusivo para a SEMAPA no Instagram, centralizando informações, programação e registros das atividades, além de constituir uma rede permanente para as futuras edições da Semana Acadêmica. Esse desdobramento consolidou a SEMAPA não apenas como evento pontual, mas como política estudantil permanente de formação, mobilização e visibilidade da paisagem no interior da universidade.

Dessa forma, a SEMAPA afirmou-se como experiência-síntese do processo de formação política em curso no espaço universitário, articulando ativismo estudantil, produção de conhecimento, ocupação simbólica do território acadêmico e fortalecimento da identidade da Arquitetura da Paisagem como campo crítico, social e ambientalmente comprometido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Coletivo Estudantil do curso de Paisagismo da UFRJ, criado em 2023, revela a potência do espaço universitário enquanto território de formação política, social e ambiental. O processo aqui analisado demonstra que a universidade, quando apropriada criticamente pelos estudantes, pode ultrapassar sua função tradicional de formação técnica e afirmar-se como espaço produtor de sujeitos políticos comprometidos com a transformação da realidade.

Os objetivos inicialmente traçados de reacender a juventude no interior da Escola de Belas Artes, fortalecer o sentimento de pertencimento ao curso e projetar a graduação em Paisagismo no cenário universitário foram, em grande medida, alcançados. Entre os principais resultados observam-se a expressiva redução da evasão, o fortalecimento da identidade coletiva do curso, o aumento da integração com as demais graduações da EBA, a ampliação do diálogo com as entidades estudantis (CAEBA, CAFAU e DCE), bem como avanços institucionais importantes, como a perspectiva de realização de concurso para docente substituto. Tais desdobramentos indicam que a mobilização estudantil produziu efeitos concretos tanto na dimensão simbólica quanto na estrutura institucional da formação.

A chamada Revolução Paisagística, embora recente enquanto movimento organizado, expressa uma construção histórica gestada ao longo do tempo no interior do curso. O qual pode ser amplamente avaliado pelo corpo discente através de um formulário que contou somente com a adesão de cerca de 20% dos estudantes. O que limitou bastante o processo de autoavaliação e construção coletiva. Logo, o Paisagismo passa a ser compreendido, assim, não apenas como campo técnico de atuação profissional, mas como prática social, ambiental, cultural e política. A universidade, nesse processo, comporta-se como um organismo vivo constituído por estudantes, docentes, técnicos e pela própria instituição, em permanente interação com os territórios e com as demandas da sociedade.

Esse organismo coletivo orienta-se não pela lógica tradicional do desenvolvimento sustentável, mas pelo horizonte do envolvimento sustentável, tal como proposto por Antônio Bispo dos Santos por meio do conceito de biointeração. Nessa perspectiva, a formação em Paisagismo desloca-se de uma abordagem instrumental da natureza para uma ética da convivência, da reciprocidade e da continuidade dos ciclos da vida:

“Biointeração é ‘guardar o peixe nas águas, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo’, é viver, conviver e aprender com a mata, com o chão, com as águas, com o vento, com a lua, com o sol, com as pessoas, com os animais. É transformar o trabalho em vida, arte e poesia. É transformar as divergências em diversidades.” (BISPO, 2015, p. 113)

À luz dessa experiência, conclui-se que a mobilização estudantil no curso de Paisagismo da UFRJ tem se afirmado como um processo formativo ampliado, no qual ativismo digital, práticas extensionistas, organização política e eventos acadêmicos constituem dimensões indissociáveis da formação do paisagista contemporâneo. A universidade emerge, assim, como laboratório vivo de formação de ativistas da paisagem, capazes de articular projeto, política, território, justiça social e enfrentamento das crises climáticas e socioambientais do nosso tempo.

8 AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa contou com o apoio do PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO ÚNICO DE AÇÕES DE EXTENSÃO (PROFAEX-UFRJ) sem a qual não seria possível desenvolver tais reflexões e análises aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. [50ª ed.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000
- GUTERRES, António. *Mensagem do secretário-geral da ONU por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente 2024*. Discurso oficial, 05 jun. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/270671-dia-mundial-do-meio-ambiente-mensagem-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 5ª ed. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2007
- LENTON, Timothy M.; ROMAN-CUESTA, Rosa M.; DENNIS, Donovan (eds.). *The Global Tipping Points Report 2025*. Exeter: University of Exeter, 2025
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005
- xxxx, 2025 (Identificação dos Autores)